



Intelectuais em cena¹

Intellectuals on the Scene

Maria Zilda Ferreira Cury

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil
mariazildacury@terra.com.br

Resumo: Este texto, produto de um estudo bibliográfico, reflete sobre a origem da figura do intelectual e sobre a ressonância de sua prática no espaço público. Parte da assim considerada “cena primeira” de nascimento do intelectual moderno, o manifesto liderado por Émile Zola posicionando-se publicamente com relação ao Caso Dreyfus, no século XIX, e do retrato que faz o pintor Édouard Manet do célebre escritor francês para deles extrair o conceito de intelectual moderno. A essa primeira conceituação agregam-se outras de pensadores contemporâneos sobre a questão, como Norberto Bobbio, Edward Said, Francisco de Oliveira, Jacques Derrida e outros, para também refletir sobre o papel do intelectual e da Universidade como espaço tradicional da formação de intelectuais.

Palavras-chave: origem do intelectual moderno; espaço público; universidade e resistência.

Abstract: In the present paper, which is a product of a bibliographical study, we reflect on the origin of the intellectual figure and on the resonance of his/her practice in public space. We start with the so-called “first scene” of the modern intellectual’s birth, the manifesto led by Émile Zola publicly standing in relation to the Dreyfus Case, in the nineteenth century. We also consider the portrait of the famous French writer painted by Édouard Manet, to extract the concept of modern intellectual. To this first conceptualization, other contemporary thinkers such as Norberto Bobbio, Edward Said, Francisco de Oliveira, Jacques Derrida and others are incorporated in order to also reflect on the role of the intellectual and on the University as a traditional space of generation of intellectuals.

Keywords: origin of the modern intellectual; public space; university and resistance.

¹ Este texto, com modificações, foi originalmente publicado em: CURY; WALTY, 2008.

Retomam-se hoje os debates sobre o papel do intelectual e o âmbito e importância de sua atuação. O mercado editorial brasileiro exibiu, nos últimos vinte anos, muitos títulos sobre o assunto,² em livros e periódicos acadêmicos, exemplos da sua importância. Especialmente refiro o livro *O silêncio dos intelectuais* (NOVAES, 2006), compilação de conferências de um evento de mesmo nome que ocorreu em 2006. As conferências, proferidas por reconhecidos intelectuais, tiveram lugar nas principais capitais do país. O seminário causou muita polêmica à época de sua apresentação sobretudo por causa de sua relação com o momento político brasileiro. Registre-se, igualmente, a tradução e a publicação de conferências sobre o papel dos intelectuais de um dos mais importantes entre os pensadores que se dedicaram ao assunto, Edward Said (2005b), além da publicação em português de sua autobiografia, em 2004 (SAID, 2004).

As reflexões teóricas não obedecem simplesmente a uma abordagem aleatória ou tampouco podem ser explicadas exclusivamente como modismo. Isso porque, se tais reflexões respondem, enquanto bens culturais, como todos os outros, a movimentos do mercado e estão como tal sujeitas a tendências momentâneas, atrelam-se igualmente a demandas e necessidades de explicação próprias ao contexto. Novas configurações nos campos político e cultural, o acirramento de divisões e conflitos criados e alimentados pelos processos políticos mais recentes explicam, entre outros desafios, a insistência atual na temática da ação dos intelectuais e de sua possibilidade de intervenção no mundo contemporâneo. São feitos questionamentos sobre o papel do agente cultural, do escritor, bem como sobre a função da universidade e de seus membros, muitos desses questionamentos com clara posição hostil à figura do intelectual, alvo de severas críticas em grande parte devidas ao seu papel crítico.

Mas quem é esta figura capaz de gerar tanta polêmica? Poder-se-ia tomá-la numa única direção, isto é, seria possível definir o intelectual ou propor uma linha unidirecional que norteasse os seus campos de atuação?

² À guisa de contribuição e sem a pretensão de esgotar as referências, cito alguns desses livros: *Epuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres* (SANTOS, 2004); *O papel do intelectual hoje* (MARGATO; GOMES, 2004); *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)* (REIS FILHO, 2000); *Intelectuais e Estado* (RIDENTI; BASTOS; ROLLAND, 2006); *O mistério do samba* (VIANNA, 2004).

Proponho, neste ensaio, algumas reflexões, partindo da etimologia da palavra e da cena primária da aparição do intelectual no espaço público para tentar delinear semelhanças e diferenças com sua posição hoje. De feição bastante geral, intenta o texto uma visada panorâmica e introdutória sobre a questão.

Do latim *intellectualis*, de que a palavra intelectual deriva, conservou-se o sentido de ‘relativo à inteligência’. Decompondo-se a palavra temos: *intus*, para dentro e *lectus*, participio passado de *legere* (ler). Ler (para) dentro das coisas, para seu interior. O sentido etimológico do verbo *legere*, no entanto, postula certa intensificação do fato social, na medida em que aponta para uma dimensão de exterioridade. Ler, pois, pressupõe um movimento para o exterior, para comunicar-se com os outros, fazendo uma leitura do mundo, o que dota a palavra intelectual dos dois movimentos: para dentro de si e para fora de si. Alargando o sentido ainda a partir da etimologia da palavra, saliente-se a condição intermediária do intelectual, sua função mediadora.

Veja-se que Hannah Arendt, filósofa que muito refletiu sobre o intelectual e seu espaço de atuação, marca a intervenção do sujeito no espaço público utilizando-se do termo *action* que ela diferencia de *work* e de *labor*. Associando a intervenção do intelectual no espaço público, a ação do intelectual, para a filósofa, se faz palavra interposta no espaço social habitado pelos homens. E é justamente esse conceito de ação mediada pela palavra, que não é mero trabalho ou labor, que plenamente marca, para ela, a condição humana (ARENDR, 1997).

Em sua definição de espaço público, a filósofa coloca em relevo a matriz aristotélica do seu pensamento. Para Aristóteles, o homem é, por natureza, um animal político. Para ele, e segundo a concepção de sua época, somente aqueles seres vis ou superiores ao homem, isto é, somente os miseráveis, os escravos, as mulheres, os estrangeiros, de um lado, ou os deuses, de outro, são privados de participação na *pólis*, na vida pública (ARISTÓTELES, 2001, § 9). E como se daria a participação do cidadão na *pólis*? Por meio da palavra, dom só facultado ao homem. Se aos outros animais foi outorgada a voz para indicar dor ou prazer, a palavra proferida no espaço público é elemento de mediação, diálogo, convencimento pela persuasão. Contrapõe-se, então, ao uso da força e da violência, o que afirma o caráter político da ação, que expressa a condição humana e a do cidadão e o sentido ético da associação entre os homens.

A palavra, contudo, tem a finalidade de fazer entender o que é útil ou prejudicial, e, conseqüentemente, o que é justo e o injusto. O que, especificamente, diferencia o homem é que ele sabe distinguir o bem do mal, o justo do que não o é, e assim todos os sentimentos dessa ordem cuja comunicação forma exatamente a família do Estado. (ARISTÓTELES, 2001, § 10).

Todas essas noções da palavra como forma de atuação no espaço público e expressando uma ação ética vão ser de grande importância para a conceituação do intelectual moderno.

Alguns estudiosos entendem que a cena primária de nascimento do intelectual moderno remontaria a *O Príncipe*, de Maquiavel. Recuperando a herança da filosofia política grega, a reflexão de Maquiavel faz a crítica das intervenções da religião no espaço político, preocupando-se com a eficácia das regras de governar. Em *O Príncipe*, indica-se o caminho através do qual os variados grupos políticos no poder podem renovar-se conservando-se ou conservar-se renovando-se. Maquiavel é mais conhecido como o filósofo dos “fins que justificam os meios” e sua obra parecia destinada a dar conselhos ao governante, negando, aparentemente, como nos diz Francisco de Oliveira (2004), o espaço público e sua independência, no momento mesmo de sua afirmação. Mas, se olharmos bem a pedagogia política por ele construída, vemos que ela se dirige à República (res/publica), uma afirmação do espaço público, uma pedagogia política que exerce papel desmistificador ao colocar por terra, como evidencia Marilena Chauí (1984), as concepções clássicas e cristãs sobre o bom governante, sobre a pretensa origem natural ou divina do poder. A quem se dirige então o texto de Maquiavel? Como lembra Gramsci (1976, p. 11), ele não se dirige aos dominantes, que já sabem, pelo nascimento e pela educação, o que fazer para dominar. Dirige-se ele, antes, aos que não o sabem, à classe revolucionária da época, na Itália, que poderia, a partir da conscientização dos mecanismos do poder, propor mudanças políticas e sociais efetivas.

Este momento fundador coincide com a abertura do Novo Mundo, marcando precisamente o nascimento desta relação entre o intelectual, conhecimento e espaço público. O intelectual passará a ser um produtor de conhecimento independente: a finalidade da produção do conhecimento é conhecer. (OLIVEIRA, 2004, p. 56).

Veja-se que na figura de Maquiavel marca-se o perfil público de atuação do intelectual também a partir da conquista de conhecimentos. A maioria dos historiadores da cultura, porém, tomam como cena que dá nascimento ao intelectual moderno a atuação de Émile Zola no chamado caso Dreyfus.

O episódio é assaz conhecido. Em 1894, o oficial do exército francês Alfred Dreyfus, sob a acusação de ser um espião da Alemanha, é condenado sob gritos de “abaixo os judeus”, em alusão a sua origem familiar. O exército francês, por razões de Estado, oculta provas de sua inocência, dividindo a opinião pública entre os que se colocavam a favor dos interesses da Pátria e, portanto, contra Dreyfus, e os que saíram em defesa deste último.

Em carta a Félix Faure, Presidente da República à época, o escritor Émile Zola repete várias vezes a expressão “J’accuse!” (“eu acuso”), defendendo Dreyfus e denunciando as pessoas que o acusavam injustamente. O texto foi publicado como um manifesto de intelectuais, no diário *Aurore*, em 1898, seguido por uma longa série de outros manifestos assinados por escritores e estudiosos, exigindo que o processo Dreyfus fosse revisto. Salienta-se no manifesto a defesa incondicional da verdade, da justiça e dos direitos do cidadão acima dos interesses do Estado. Como salienta Augusto Silva,

o intelectual é diferente do “filósofo” do século XVIII e do “homem de letras” do século XIX. Ele é a figura que brota de um campo cultural, que acabava de estabelecer-se como campo social autónomo, e como tal se projecta na política. O “J’accuse” constitui o momento fundador desse movimento, pelo qual o criador intervém civicamente, aplicando ao espaço público os valores do campo cultural. (SILVA, 2004, p. 39).

Essa forma de se tomar o intelectual como atuante no campo cultural pressupõe como essencial à sua atividade a liberdade de pensamento e a fidelidade à busca de uma verdade por meio do método científico.

É também assinalada pelo filósofo Norberto Bobbio que a aparição do intelectual na cena pública torna-se possível pela maior complexidade da sociedade moderna:

Sem querer negar algumas semelhanças e analogias, é claro que podemos adequadamente falar de Intelectuais, em sentido próprio, somente na época moderna, quando o desenvolvimento das forças produtivas e a formação da sociedade civil lançam as bases materiais para uma profunda transformação das então chamadas *artes liberales*, rompendo a organização cooperativa. (BOBBIO, 1986, p. 638).

Vale lembrar que para compreender o manifesto – no caso, o *J'accuse*, de Zola – como ação inaugural do intelectual moderno faz-se necessário observar sua estruturação linguística e as estratégias discursivas em relação à ação de intervir no espaço público. É o que mostra Claude Abastado (1980, p. 8, tradução minha):³ “Os manifestos balizam a história das ideologias e permitem periodizá-la. Na mutação imperceptível das ideias e das mentalidades, eles servem de referência, eles são acontecimentos, eles ‘fazem época’.”

No sentido primeiro que a palavra “manifesto” evoca está presente a ideia de *coisa ou declaração de razões tornadas públicas*, envolvendo um programa político, estético ou religioso. Etimologicamente o vocábulo vem do latim *manifestus*: *manus* significando posto ao alcance da mão, apanhado em flagrante (Cf. TORRINHA, 1942, p. 501), e o adjetivo *festus* com o sentido de alegre, festivo, mas tendo também o sentido de *público*. No caso do célebre “J'accuse”, o texto aparece com a assinatura de vários intelectuais, o que socializa a responsabilidade pela publicação⁴

³ “Les manifestes jalonnent l’histoire des idéologies et permettent de la périodiser. Dans la mutation insensible des idées et des mentalités, ils servent de repères, ils constituent des événements, ils ‘font date’.”

⁴ “Este sistema, aplicado sem alteração aos manifestos, definiria um emissor, um destinatário e um programa. Mas, frequentemente, devido às trocas pronominais, organiza-se, em lugar de uma relação binária, um sistema actancial complexo. Deslizaamentos entre ‘eu’ e ‘nós’ fracionam o emissor num locutor – o subscritor do texto – e um destinatário – o grupo em nome do qual ele fala – sem verdadeiramente distingui-los” (ABASTADO, 1980, p. 10, tradução minha).

Original em francês: “Ce système, appliqué sans transformation aux manifestes, définirait un émetteur, un destinataire et un programme. Mais souvent, grâce à des échanges entre les pronoms s’organise, au lieu d’une relation binaire, un système actantiel complexe. Des glissements entre ‘je’ et ‘nous’ subdivisent l’emetteur en un locuteur – le signataire du texte – et un destinataire – le groupe au nom duquel il parle – sans vraiment les distinguer.”

e reforça o aspecto coletivo próprio dos manifestos.⁵ O intelectual que individualmente se notabilizou pela escritura do documento, Zola, teve ao seu lado a presença de um grupo que lhe deu suporte. O *nós* expresso nos manifestos dos *dreyfusards* faz ressaltar mais ainda essa *voz coletiva*.⁶ A assunção do risco da publicação é prova efetiva de que há uma divisão que se quer registrar e um espaço na vida intelectual que se quer conquistar. Por meio de um manifesto, a aparição do intelectual na vida pública se dá, pois, com uma palavra que se quer ação: “Na intencionalidade do manifesto, dizer é, antes de tudo, fazer; de onde vem uma retórica da persuasão” (ABASTADO, 1980, p. 9, tradução minha).⁷ O manifesto revela-se, assim, uma estratégia de intervenção, uma busca de conquista de poder simbólico, da formação de um campo cultural autônomo, e um gesto político de afirmação dos valores deste campo no mundo social.

Certamente, o manifesto não é em princípio um gênero, mas um gesto, um ato; ele remete prioritariamente a uma pragmática do discurso, a uma leitura sociológica, a uma análise, em termos de estratégia, de intervenção no campo da instituição, ou, se se quer,

⁵ “Pode-se observar que um manifesto tem sempre como resultado estruturar e afirmar uma identidade. É o ato fundador de um sujeito coletivo (mas não mais institucional: trata-se de fazer existir como entidade reconhecida um grupo que não é – não é ainda – organizado em partido, em seita, em cenáculo, em escola, em clã; um grupo possuído de convicções comuns e do desejo de ação” (ABASTADO, 1980, p. 7, tradução minha).

Original em francês: “[...] on peut observer qu’un manifeste a toujours pour effet de structurer et d’affirmer une identité. C’est l’acte fondateur d’un sujet collectif (mais non institutionnel): il s’agit de faire exister comme entité reconnu un groupe qui n’est pas – pas encore – organisé en parti, en secte, en cénacle, en école, en chapelle; un groupe animé par des convictions communes et le désir d’action.”

⁶ “Antes de tudo, o manifesto é tendencialmente um discurso em primeira pessoa do plural: o ‘nós’ que ele inscreve não é nem o enfraquecimento modesto, nem a presunção gloriosa de um ‘eu’; é, verdadeiramente, em princípio, uma instância coletiva” (GLEIZE, 1980, p. 14, tradução minha).

Original em francês: “[...] tout d’abord le manifeste est tendanciellement un discours à la première personne du pluriel: le ‘nous’ qu’il inscrit n’est ni l’affaiblissement modeste ni le gonflement glorieux d’un je, c’est vraiment, en principe, une instance collective.”

⁷ “Dans l’intentionnalité manifestaire, dire c’est avant tout faire; d’où une rhétorique de la persuasion.”

a uma teoria militar do poder simbólico. (GLEIZE, 1980, p. 12, tradução minha).⁸

Nesse sentido, ainda que se coloque *ofensivamente*, o manifesto tem, com relação ao adversário, isto é, aquele que considera a tradição de modo diverso, uma atitude defensiva e pluralista. O “J’accuse” dirige-se à nação, visando, em uma destinação alargada para sua palavra, o leitor comum, mas quer atingir também os formadores de opinião, os próprios intelectuais. Além disso, não é por acaso que se lança mão de um manifesto, cuja estratégia discursiva é claramente a expressão da palavra em ação, sinalizando um novo tempo, um antes e um após sua emissão.

É deste modo que se pode considerar como típico do manifesto a divisão de seu discurso em dois tempos: o da evocação crítica e aquele da projeção utópica, a tomada de consciência mobilizadora visando promover a ação. (PELLETIER, 1980, p. 18, tradução minha).⁹

Veja-se que a palavra “intelectual” adentra a cena pública com um sentido fortemente polêmico, sentido esse que reitera a substância política como indissociável da ação intelectual.

Continuando as reflexões sobre o intelectual moderno, e ainda colocando em tela, agora literalmente, a figura emblemática de Émile Zola, chamo à cena o retrato que dele fez Édouard Manet (FIGURA 1), retrato que condensa essas características do intelectual moderno anteriormente delineadas.

⁸ “Certes, le manifeste n’est pas d’abord un genre, mais un geste, um acte; il relève prioritairement d’une pragmatique du discours, d’une lecture sociologique, d’une analyse en termes des stratégies d’intervention dans le champ de l’institution, ou, si l’on veut, d’une théorie militaire du pouvoir symbolique [...]”

⁹ “C’est ainsi que l’on peut donner comme typique du manifeste la partition de son discours en deux temps: celui de l’évocation critique et celui de la projection utopique, l’entreprise de conscience mobilisatrice visant à promouvoir l’action.”

FIGURA 1 – *Émile Zola* (MANET, 1868)



Fonte: Coleção Musée d'Orsay. Disponível em: https://www.musee-orsay.fr/typo3temp/zoom/tmp_fe70fbd4e0e230a93c7db015a53762f8.gif. Acesso em: 1 jul. 2019.

O retrato confere alta dignidade à figura de Zola. Ocupando a frente da cena, ereto, sobriamente trajado, o intelectual francês tem nas mãos um livro aberto de cujas páginas parece ter desviado

momentaneamente os olhos, como a refletir sobre o que acabou de ler. Como é muito frequente nas figuras retratadas por Manet, o olhar de Zola parecer perder-se numa dimensão não acessível ao espectador, denotando introspecção e densidade interior. Sobre a mesa de trabalho, objetos atinentes ao mundo da palavra: livros, papéis, uma pena saindo de um tinteiro. A dupla qualidade do intelectual, a geminar interioridade e ação externa, condensa-se, pois, imagetivamente.

Nas paredes do gabinete de trabalho, assinala-se a intencionalidade do pintor ao marcar – com a reprodução de um para-vento e uma gravura do pintor japonês Utagawa Kuniaki – a presença da cultura japonesa no meio artístico francês da época. Em muitos de seus quadros, Manet absorve tal influência na sua técnica pictural, na disposição dos planos, como ocorre, de resto, neste mesmo retrato de Zola. Outro quadro disposto na parede do gabinete do escritor funciona como uma referência importante para o pintor francês: trata-se do famoso *Os bêbados* (A festa de Baco) do pintor espanhol Diego Velásquez. Esse último quadro aparece parcialmente escondido pela *Olympia*, quadro do próprio Manet e com o qual, de certa forma, ele assina o retrato. Ao mesmo tempo e sobretudo, o pintor se coloca com sua obra na frente da cena, como a indicar que, a despeito da presença forte e valorizada dos que o antecederam, é a sua pintura que assume, agora, a dianteira, como ponto de inflexão para a leitura dos “precursores”, da pintura do passado. *Olympia*, por sua vez, insere-se numa longa tradição de mulheres representadas nuas sobre o leito (vejam-se, à guisa de exemplo, *A Vênus de Urbino*, de Giorgione, *A Vênus com espelho*, do próprio Velásquez, *La Maja Desnuda*, de Goya). Diferentemente de seus “antecessores” clássicos, Manet não retratou a nudez de uma figura mitológica. Antes, retrata no *Olympia* uma cortesã conhecida, identificável pelo público da época. Não é casual a escolha desse quadro seu para figurar na sala do escritor. Recusado no Salão de 1865, tendo causado enorme escândalo, julgado feio e imoral, *Olympia* recebeu o aval e a defesa de Zola que escreveu sobre Manet em *La Revue du XIXème siècle*, defendendo-o contra os tradicionalistas. O artigo foi republicado em 1867 como pequena brochura que nitidamente aparece retratada com uma capa azul, à direita, sobre a mesa.

Muitas outras relações e diálogos entre obras e textos poderiam ser feitos. No entanto, o que aqui nos interessa é que o quadro em questão evidencia o campo de significação afeito à figura do intelectual: posicionamento político, no espaço público, pela palavra. Além disso,

deixa ler na superfície da tela que o intelectual se associa a um grupo, que o reconhece e a ele dá suporte. Aqui, além das relações com o intelectual retratado, Manet afirma sua ligação com certa tradição artística, composta por pintores que, como ele, desafiaram seus ambientes culturais. Finalmente, reforça-se a ideia de que a intervenção do intelectual se exterioriza numa ação de defesa de valores atinentes à razão, aos direitos do cidadão, à liberdade de que deve gozar o artista.

Desse primeiro intelectual moderno, passo para aquele que foi considerado um dos últimos, Jean Paul Sartre, justamente por ainda representar aquele agente cultural que interferia diretamente na cena pública. Na sua ação como intelectual, empunhando até megafones, ia para a frente da universidade discutir com os estudantes, posicionava-se na imprensa contra as guerras colonial e do Vietnã, tomando partido.¹⁰ No célebre texto *Em defesa dos intelectuais* (1994), Sartre aproxima a representação do intelectual daquela do monstro, um *Frankenstein* que defende os interesses de uma classe que não é a sua e que finalmente acaba por não ser reconhecido nem por aqueles a quem defende, nem por aqueles pertencentes à sua classe de origem. Mas, o importante, tanto na atuação, como no conceito de intelectual de Sartre, é a manutenção da crença no poder da palavra, a percepção do intelectual como aquele que fala no lugar daqueles cuja voz não tem ressonância na sociedade. Por isso, o filósofo com o megafone nas mãos representa imagetivamente o intelectual moderno, mas, ao mesmo tempo, seu estertor uma vez que a retração progressiva da esfera pública vai tornando cada vez menos audível essa voz e menos atuante sua forma clássica de intervenção. Norberto Bobbio marca essa mudança radical da visão que se tem dos Intelectuais no fim dos anos 1960, com a substituição da crítica que esses faziam ao poder por uma “contestação” da cultura, em uma tentativa de encerrar o discurso anterior sobre os Intelectuais. Indaga então:

[...] a questão relevante é se o desenvolvimento das forças produtivas em escala não somente nacional mas também internacional reduziu as condições que tornavam possível a

¹⁰ Nos anos da frente popular, na guerra da Espanha, na resistência, a palavra Intelectuais adquiria, assim, um significado unívoco; ao lado dos operários e camponeses, os Intelectuais se tornam uma das categorias constitutivas da frente unida antifascista, representando a pequena burguesia revolucionária, com seus elementos mais avançados (BOBBIO, 1986, p. 640)

aliança entre o proletariado e as partes mais avançadas da classe média. A cultura crítica então estaria se transformando de elemento progressista em um privilégio e num instrumento de conservação de relações sociais já superadas? (BOBBIO, 1986, p. 640).

Aliás, vem da própria intelectualidade a crítica à postura do intelectual, muitas vezes até arrogante, investindo-se de autoridade para falar pelos marginalizados. Beatriz Sarlo, em livro que faz balanço da cena cultural da contemporaneidade, dedica-se ao tema do papel do intelectual. No último capítulo – *Intelectuais* – com ironia, faz o elenco de traços a caracterizar os intelectuais ou, antes, desconstrói, com uma espécie de “dialética negativa”, a autoimagem que esta camada fazia de si como “a vanguarda da sociedade”.

Em sociedades em que o saber se tornava cada vez mais importante para a produção e reprodução da vida, encontraram nos próprios saberes uma fonte de poder. Por vezes o empregaram no embate com os ricos e com a autoridade; outras vezes o empregaram para impor seus pontos de vista sobre os desvalidos. (SARLO, 1997, p. 158).

Michel Foucault, por sua vez, retoma em mais de uma obra a discussão, mostrando como os próprios intelectuais são presa do sistema intrincado do poder que julgam denunciar.

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. [...] Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a “idéia” de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. (FOUCAULT, 1979, p. 71).

Há que se contextualizar, é claro, tal fala de Foucault, cujo pensamento se contrapunha, à época, às versões autoritárias de parcela da intelectualidade de esquerda. Tal postura, porém, não significa que, para ele, o intelectual não tenha mais função. Tanto é assim que, no mesmo texto, conclui:

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento; na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (FOUCAULT, 1979, p. 71).

O sentido político, de alinhamento ideológico, de inconformismo com a cena pública, com a situação social e política, encontra-se, pois, presente na palavra do intelectual, de forma em geral positiva, até os nossos dias.

Ainda hoje, de fato, indicar uma pessoa como Intelectual não designa somente uma condição social ou profissional, mas subentende a opção polêmica de uma posição ou alinhamento ideológico, a insatisfação por uma cultura que não sabe se tornar política ou por uma política que não quer entender as razões da cultura. (BOBBIO, 1986, p. 637).

O fato é, no entanto, que o intelectual contemporâneo vê suas possibilidades de intervenção desvalorizadas, diminuídas num contexto em que a indústria cultural “vai borrar as diferenças entre intelectuais, conhecimento e espaço público” (OLIVEIRA, 2004, p. 58) e em que a universidade assiste a pressões de toda a ordem. Insiste o intelectual, apesar desse contexto adverso, em manifestar-se e em marcar posição, criticando a sociedade, tomando posição, imiscuindo-se na política e politicamente afirmando seu saber e seu discurso, voltando-se sobre si mesmo para repensar-se e propor novas estratégias de atuação na sociedade.

Dentre os intelectuais que contemporaneamente se identificam com essa última posição e que também pensaram especificamente sobre o assunto, ressalto, além de Bobbio, outros dois pensadores, Edward Said e Jacques Derrida para, muito rapidamente, esboçar algumas de suas ideias sobre o intelectual.

Norberto Bobbio (1997) diz que o intelectual é fruto da complexidade dos contextos sociais, deslocando-se continuamente entre seus diferentes segmentos, oscilando entre o mundo moderno e o arcaico, embora gozando de independência relativa. Num contexto social em que os homens mais e mais se afastam dos fenômenos, se afastam entre si e do mundo, o intelectual tem este papel mediador: entre

homens, entre homem e mundo, entre homens e fenômenos. E o faz pelo discurso: tecendo narrativas, símbolos, imagens, fabricando artefatos culturais, construindo pontes em uma sociedade cada vez mais estranha a si mesma. Insatisfeito e deslocado, sem lugar definido, resguarda a capacidade de intervenção e crítica. Bobbio elege o diálogo, uma postura de tolerância para com o outro para que, num mundo tão dividido, em que os processos de globalização mais e mais acirram as diferenças e contradições, como forma de o intelectual exercer, como mediador, uma função de aproximação e respeito entre os cidadãos, diferentes na sua igualdade e iguais na sua diferença (Cf. BOBBIO; VIROLI, 2002).

Já Edward Said foi o pensador contemporâneo que desenvolveu uma aguda reflexão sobre a função do intelectual, ao qual atribui um papel político no nosso mundo dominado por divisões e pela intolerância (Cf. SAID, 2005a). É necessário lembrar que sua *autobiografia* tem como título *Out of place* (SAID, 1999) livro em que, como em outras publicações, propõe que o intelectual deve falar a partir da margem da produção das ideias. Dessa forma, evitando o pensamento central e levando em conta os marginalizados do conjunto social, exerceria a função de tradutor e agenciador de vozes do espaço social. A condição do intelectual é a do exílio, a do “fora-do-lugar”, na medida em que desloca os que estão à frente da cena sociopolítica e cultural. Segundo o pensador palestino, o fundamental para o intelectual é perturbar o seu público, causar-lhe embaraço, “ser do contra”, não em busca do consenso com base em um idealismo romântico, mas em busca de sempre enxergar a razão do outro: “[...] alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem” (SAID, 2005b, p. 35-36). Segundo Said, a vocação do intelectual deve ser pensada como um estado de alerta contra as “meias verdades”, contra o preconceito e a intolerância.

Jacques Derrida, um dos mais importantes intelectuais do século XX, conhecido como o filósofo da desconstrução, atribui à universidade, instituição portadora de autonomia, o dever de proclamar a importância e o valor das Humanidades e das Ciências como instâncias críticas. Para essa instituição reivindica a “condição de incondicionalidade”.

Esta Universidade sem condição não existe de fato, e todos sabemos demasiado bem. Mas em princípio e em conformidade com a sua vocação declarada, em virtude da essência que nela se processa, ela deveria permanecer um lugar último de resistência crítica – e mais do que crítica – a todos poderes de apropriação dogmáticos e injustos. (DERRIDA, 2003, p. 16).

À universidade lembra sua essência – o que não deixa de ser perturbador em um filósofo que se caracterizou pela desconstrução da ideia de origem, avesso aos “essencialismos” –, seu *ethos* de resistência, de oposição ao dogmatismo do poder. A origem da ideia de universidade, lembre-se, que está subjacente à reflexão do filósofo, é a de autonomia do campo intelectual, conquistada historicamente desde a Idade Média. Derrida completa, então, sua reivindicação invocando o caráter crítico, desconstrutor da universidade como um direito de que se não pode abdicar:

Quando digo “mais do que crítica” subentendo “*desconstrutiva*”. Chamo direito à desconstrução ao direito incondicional de colocar questões críticas não apenas à história do conceito de homem, mas à própria história da noção de crítica, à forma e à autoridade da questão, e ainda à forma interrogativa do pensamento. Porque isto implica o direito de o fazer afirmativamente e performativamente, isto é, produzindo acontecimentos, por exemplo, escrevendo, e dando lugar (o que não pertencia até aqui às humanidades clássicas ou modernas) a obras singulares. Tratar-se-ia de, através de acontecimentos de pensamento, fazer acontecer, sem necessariamente o trair, alguma coisa a esse conceito de verdade e de humanidade que forma a carta e a profissão de fé de toda e qualquer universidade. (DERRIDA, 2003, p. 16-17).

A fala de Derrida aponta para um saber sem condições, isto é, um espaço de afirmação autônoma e de resistência, um lugar paradoxal simultaneamente de não repouso e de conservação dos valores humanistas. Importantes tais posições em tempos como os nossos em que a universidade, lugar tradicional e ainda hoje principal matriz de formação de intelectuais, se vê ameaçada pelo mercado e pela tentativa de hegemonia do “pensamento único”, pela instrumentalização acrítica do seu conhecimento, pela tentativa de “desmonte” de sua contribuição à sociedade.

Tomando-se a palavra crítica referenciada pelo filósofo, lembramos que essa tem a mesma origem etimológica de crise, cuja raiz – do sânscrito *kri* – significa limpar, desembaraçar, purificar. Tais significados passam para o latim (*crisis*) como o “momento de decisão, de mudança súbita” e para o grego (*krísis*) como a “ação ou faculdade de distinguir, separar, decidir, julgar” (do v. gr. *krínó*). Esse aspecto presente na palavra, assim se apresenta pela ideia de ruptura e de separação inerente ao significado (Cf. BOFF, 1983, p. 3). Toda crise pede de-cisões, que costurem a ruptura, que costurem a cisão, que a purifiquem, mas que simultaneamente a exponham e a desassosseguem.

Se o intelectual contemporâneo encontra-se ele próprio em crise, se é colocado em crise por um sistema que o desvaloriza e até ignora; se ele próprio, muitas vezes, se vê desarmado pelas injunções do contexto político ou, por causa delas se vê silenciado, talvez seja a ocasião propícia para de-cisões.

Nesse sentido, remeto ao discurso proferido por Milton Santos, um dos nossos mais importantes intelectuais, quando recebeu o título de professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Na ocasião, explicitou a função da casa que lhe conferia o título, função que podemos generalizar para o papel da universidade:

Acreditar no futuro é também estar seguro de que o papel de uma Faculdade de Filosofia é o papel de crítica, isto é, da construção de uma visão abrangente e dinâmica do que é o mundo, do que é o país, do que é o lugar, e o papel de denúncia, isto é, de proclamação clara do que é o mundo, o país e o lugar, dizendo tudo isso em voz alta. (SANTOS, 2004, p. 167).

Veja-se que Milton Santos, como geógrafo e humanista, não esquece de marcar a relevância do lugar a partir do qual constrói sua enunciação, isto é, a partir da universidade, a partir de uma Faculdade de Filosofia, importância para a qual chama a atenção dos intelectuais destinatários de sua fala.

O percurso rápido que aqui se intentou por alguns sentidos da palavra “intelectual” inspira a reflexão sobre o papel, hoje, de intelectuais integrantes da universidade. Postos em confronto com o avanço de iniciativas anti-intelectualistas, professores universitários, especialmente os que trabalham com a linguagem, debruçamo-nos sobre a palavra “intelectual” na busca de interpretar cenas histórico-culturais, conferindo

um sentido à nossa atuação. Defendemos que nossa ação intelectual tenha um sentido político e crítico por obrigação de fidelidade à diversidade, à pluralidade de pensamento e de expressão que caracterizam o espaço acadêmico.

Referências

ABASTADO, Claude. Introduction à l'analyse des manifestes. *Littérature*, Paris, n. 39, p. 3-11, 1980. Doi: <https://doi.org/10.3406/litt.1980.2133>.

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 1997.

ARISTÓTELES. Política. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BOBBIO, Norberto. Intelectuais. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. p. 637-641.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BOBBIO, Norberto; VIROLI, Maurizio. *Diálogo sobre a república: os grandes temas da política e da cidadania*. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BOFF, Leonardo. Que significa crise?. *Folha de S. Paulo*. 7 de agosto de 1983. p. 3.

CHAUÍ, Marilena. Filosofia Moderna. In: CHAUÍ, Marilena et al. *Primeira Filosofia: lições introdutórias*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CURY, Maria Zilda Ferreira; WALTY, Ivete Lara Camargos (org.). *Intelectuais e vida pública: migrações e mediações*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/Capes, 2008.

DERRIDA, Jacques. *A universidade sem condição*. Tradução de Evando Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GLEIZE, Jean M. Manifestes, Prefaces: sur quelques aspects du prescriptif. *Littérature*, Paris, n. 39, p. 12-16, 1980. Doi: <https://doi.org/10.3406/litt.1980.2129>.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

MANET, Édouard. *Émile Zola*. 1868. Óleo sobre tela, 146 x 114 cm. Coleção Musée d'Orsay. Disponível em: https://www.musee-orsay.fr/typo3temp/zoom/tmp_fe70fbd4e0e230a93c7db015a53762f8.gif. Acesso em: 01 jul. 2019.

MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

NOVAES, Adauto (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Intelectuais, conhecimento e espaço público. In: MORAES, Dênis. *Combates e Utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Tradução de Eliana Aguiar e Luís Paulo Guanabara. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 55-67.

PELLETIER, Anne-Marie. Le paradoxe du Manifeste. *Littérature*, Paris, n. 39, p. 17-22, 1980. Doi: <https://doi.org/10.3406/litt.1980.2130>.

REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (org.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SAID, Edward W. *Fora do lugar*. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SAID, Edward W. *Out of place: a memoir*. New York: Alfred A. Knopf, 1999.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005b.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Epuras do social: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres*. Rio de Janeiro: Global, 2004.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: Intelectuais, arte e vídeo-cultura na Argentina*. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. Tradução de Sergio Goes de Paula São Paulo: Ática, 1994.

SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais?. In: MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *O papel do intelectual*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 39-67.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário latino português*. Porto: Gráficos Reunidos, 1982.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UFRJ, 2004.

Recebido em: 17 de maio de 2019.

Aprovado em: 26 de junho de 2019.